



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - EXTRAJUDICIAL**

**RELATÓRIO COMUM A TODAS AS ATRIBUIÇÕES**

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>
Comarca/Juízo: 2º Ofício de TUCURUÍ
Polo/Região Judiciária: Tucuruí
Magistrado(a) corrigente: LUCIO BARRETO GUERREIRO

<b>EDITAL DE CORREIÇÃO</b>
Data da publicação:
Data da abertura da correição: 24 de outubro de 2024
Data do encerramento da correição: 24 de outubro de 2024
Observações:

<b>DADOS GERAIS DA SERVENTIA</b>	
Nome oficial da serventia: ANTONIO OSCAR DEMETRIO	
Código Nacional da Serventia (CNS): 068551	CNPJ: 34.595.082/0001-86
Endereço: AVENIDA 31 DE MARÇO, S/N BAIRRO SANTA ISABEL	
Telefone fixo: 94 3787 1723	Celular: 94 3787 1723
e-mail: <a href="mailto:cartorio2oficiotucuru@gmail.com">cartorio2oficiotucuru@gmail.com</a>	Celular Plantão (RCPN): 94 98415-4656
<b>ATRIBUIÇÕES</b>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tabelionato de Notas <input checked="" type="checkbox"/> Tabelionato de Protesto <input type="checkbox"/> Registro de Imóveis <input type="checkbox"/> Registro de Títulos e Documentos	<input checked="" type="checkbox"/> Registro Civil das Pessoas Naturais <input type="checkbox"/> Registro Civil das Pessoas Jurídicas <input type="checkbox"/> Registro de Distribuição

**DADOS GERAIS DO(A) DELEGATÁRIO(A) E EVENTUAL EQUIPE**

<b>IDENTIFICAÇÃO DO(A) DELEGATÁRIO(A)</b>	
<b><u>Nome do(a) Responsável pelo Cartório: ANTONIO OSCAR DEMÉTRIO</u></b>	
Status do(a) responsável: <input checked="" type="checkbox"/> Titular <input type="checkbox"/> Interino(a) <input type="checkbox"/> Interventor(a)	CPF: 010.908.102-10
Endereço: RUA SIQUEIRA CAMPOS, Nº 280, BAIRRO JAQUEIRA	Ato de nomeação: 03/10/1988 Data da posse / exercício: 26/10/1988
Telefones: 94 3787 1723	E-mail: <a href="mailto:cartorio2oficiotucuru@gmail.com">cartorio2oficiotucuru@gmail.com</a>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>IDENTIFICAÇÃO DO(A) SUBSTITUTO(A) LEGAL</b>	
<input type="checkbox"/> Não existe Substituto(a) Legal na serventia, razão pela qual se desconsidera os demais itens do presente tópico.	
Nome do(a) Substituto(a) Legal: 1ª Substituta : <b>TEREZINHA DE JESUS ALMEIDA DEMÉTRIO</b> 2º Substituto : <b>RENATO ALMEIDA DEMÉTRIO</b> 3º Substituto : <b>RONALDO ALMEIDA DEMÉTRIO</b>	
CPF: 131.288.762-15	Portaria de designação: 12/95 DE 13/07/95
Endereço: RUA SIQUEIRA CAMPOS, Nº 280, BAIRRO JAQUEIRA	Telefones: 94 3787 1723 E-mail: cartorio2oficioturui@gmail.com
<b>1</b>	A designação de substituto(a) legal observou os requisitos do art.24 do Código de Normas? <input checked="" type="checkbox"/> Regular, pois de acordo com os dispositivos legais à época da nomeação. <input type="checkbox"/> Irregular. Motivo:  Observações/Providências:
<b>PREPOSTOS</b>	
<input type="checkbox"/> Não existem prepostos na serventia, razão pela qual se desconsidera os demais itens do presente tópico.	
<b>2</b>	Apresentação do Livro de Registro de Empregados devidamente preenchido? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO  Observações/Providências:
<b>3</b>	Existência de quadro de horário de trabalho dos prepostos com indicação das respectivas funções e das respectivas portarias de designação devidamente atualizadas? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO  Observações/Providências:
<b>4</b>	Designação dos escreventes foi feita através de Portaria do Cartório, indicando nome e função, com comunicação ao Juízo de Registros Público e à Corregedoria Geral a Justiça? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO  Observações/Providências:
<b>CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL DO CARTÓRIO</b>	
<b>5</b>	As instalações físicas são salubres e adequadas para funcionamento, dispendo de bom estado de conservação e higiene, proporcionando bom atendimento aos usuários, com conforto, proteção à saúde e segurança? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO  Observações/Providências:
<b>6</b>	O mobiliário é ergonômico, encontrando-se em bom estado de conservação? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO  Observações/Providências:
<b>7</b>	Está localizado em área sujeita à ocorrência de alagamentos, incêndio, infiltrações e umidade? <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO  Observações/Providências:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>8</b>	Os elementos de identificação de serviço delegado são bem apresentados, possuindo sinalização com placa fixa de identificação, em material resistente, com os seguintes dados: a) nome oficial do cartório e a natureza dos serviços; b) horário de funcionamento; c) número de telefone e, no caso de cartório de registro civil de pessoas naturais, número de contato telefônico fixo ou celular para plantão aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos. ( x ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>9</b>	Dispõe de licenças e alvarás para funcionamento do prédio, seja a do ente municipal, seja o expedido pelo Corpo de Bombeiros, bem como de material de segurança contra incêndios, tais como extintores? ( ) SIM    (X) NÃO  Observações/Providências:
<b>10</b>	As acomodações da serventia propiciam segurança ao arquivamento de livros e documentos? ( x ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>11</b>	Oferece acessibilidade às pessoas com deficiência, lactantes, gestantes e idosos? ( x ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>12</b>	O espaço destinado ao atendimento é adequado, dispondo de cadeiras, bebedouro, balcão preferencial e climatização? ( x ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>13</b>	As instalações elétricas e hidráulicas do cartório estão em perfeito estado de funcionamento e boa conservação? ( x ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>14</b>	Há boa conectividade com a rede mundial de computadores (internet); equipamentos eletrônicos são atuais e se prestam a sua funcionalidade, considerando o porte do cartório? ( x ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DELEGADOS E ATENDIMENTO</b>	
<b>15</b>	O atendimento é realizado com eficiência, urbanidade e presteza (considerando vestimenta, uniforme e cordialidade dispensada ao público)? ( x ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>16</b>	Comparecimento diário do delegatário ao cartório, no horário de expediente, atuando o substituto legal apenas em eventuais ausências ou impedimentos? ( x ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>17</b>	A serventia observa a jornada de 06(seis) a 08(oito) horas diárias, de segunda a sexta-feira, para atendimento ao público, informando sobre o horário de funcionamento ao Juízo de Registros Públicos e à Corregedoria Geral de Justiça? ( x ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>18</b>	Há respeito à prioridade das pessoas com deficiência, lactantes, gestantes e idosos? ( x ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>19</b>	Existe sistema de distribuição de senhas, considerando o porte do cartório? ( x ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>20</b>	O quantitativo de prepostos é suficiente à adequada prestação de serviço, em conformidade com a demanda (considerando o porte do cartório, o movimento de serviços prestados e pessoas atendidas)? ( ) SIM    (x) NÃO  Observações/Providências:
<b>21</b>	As tabelas de emolumentos em vigor, assim como os cartazes informativos da gratuidade dos serviços e do selo digital, encontram-se afixados em local visível, de fácil leitura e acesso ao público? ( x ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>22</b>	É fornecido, independentemente de solicitação, recibo discriminado dos emolumentos percebidos? ( ) SIM    ( X ) NÃO  Observações/Providências:
<b>23</b>	O atendimento aos usuários se dá em tempo de espera razoável e observa eventual norma municipal que disciplina o tempo de espera nas serventias extrajudiciais? ( x ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>24</b>	São mantidos na Serventia as leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço e quaisquer outros atos que digam respeito à sua atividade (Art. 30, IV, da Lei nº 8.935/94), bem como as legislações mencionadas no art. 22, do CN - Tomo II? ( x ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>25</b>	As dúvidas suscitadas são encaminhadas ao Juízo competente? ( x ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>26</b>	A escrituração dos livros e documentos satisfaz às exigências legais (termos de abertura e encerramento, numeração e autenticação de folhas, ausência de rasuras, emendas, ressalvas etc., bem como a utilização do livro auxiliar (Prov. CNJ nº 149/2023 - arts. 42 a 51, e arts. 185 a 193) ? ( x ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>27</b>	Existem práticas viciosas a serem coibidas? ( ) SIM    ( x ) NÃO  Observações/Providências:
<b>DEMAIS ASPECTOS DE FISCALIZAÇÃO EM RELAÇÃO AO DELEGATÁRIO E AO CARTÓRIO</b>	
<b>28</b>	Estrita observância quanto a cobrança dos emolumentos fixados para a prática dos atos do seu ofício, com a afixação da tabela em local de fácil acesso ao público? ( x ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>29</b>	Guarda e manutenção dos livros, papéis e documentos do acervo do cartório em local salubre e sem presença de umidade? ( ) SIM    (x) NÃO  Observações/Providências:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>30</b>	Adoção de sistemas de cópias de segurança, “backup” em mídia eletrônica, digital ou outro método hábil a sua preservação, abrangendo todos os livros obrigatórios, com periodicidade inferior a 30 (trinta) dias? ( x ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>31</b>	Capacidade técnica plena do escrevente substituto para, nas eventuais ausências ou impedimento, substituir o delegatário? ( x ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>32</b>	Respeito ao princípio da territorialidade na prática dos atos? ( x ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>33</b>	Respeito à vedação legal no funcionamento de sucursais do serviço? ( x ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>34</b>	Existência e regularidade do Livro de Visitas e Correições (Prov. CNJ nº 149/2023, art.185, I)? ( ) SIM    (X) NÃO  Observações/Providências: Não possui
<b>35</b>	Existência e regularidade do Livro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa (Prov. CNJ nº 149/2023, art. 185, II)? As despesas lançadas no livro resultam da prestação do serviço delegado, estando rigorosamente dentre aquelas autorizadas pelo art. 8º do Provimento 45/2015 da Corregedoria Nacional de Justiça (Prov. CNJ nº 149/2023, art. 8º, “a” a “m”)? Está sendo visado anualmente pelo Juízo Corregedor? ( ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>36</b>	Existência e regularidade do Livro Controle do Depósito Prévio, nos cartórios cujo serviço o admitam (Prov. CNJ nº 149/2023, art. 185, III)? ( x ) SIM    ( ) NÃO    ( ) INAPLICÁVEL  Observações/Providências:
<b>37</b>	O Sistema Justiça Aberta Extrajudicial do Conselho Nacional de Justiça é alimentado com dados semestrais atualizados da serventia, do delegatário, arrecadação e repasses? ( ) SIM    (X) NÃO  Observações/Providências:
<b>38</b>	O(A) Oficial(a) acessa diariamente o Processo Judicial Eletrônico das Corregedorias – PJeCOR, Malote Digital do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e o E-mail Oficial disponibilizado pela Corregedoria, que são o meio de comunicação oficial entre os serviços notariais e de registro e entre estes e os órgãos do Poder Judiciário do Estado do Pará? ( x ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>39</b>	A Serventia possui registro de conteúdo eletrônico de todos os atos notariais e registrais de seu ofício, conforme determina o Provimento n.º 149/2023 (art. 149) do CNJ? ( x ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>40</b>	A serventia oferece o serviço de cópias reprográficas? Qual o valor? (Verificar se a informação está ostensiva, pois é obrigatória e se os preços são módicos) ( x ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:

**DA CORRETA UTILIZAÇÃO DOS SELOS DIGITAIS**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>41</b>	<p>A serventia mantém sistema eletrônico compatível com os padrões definidos pelo código de normas para recepção dos atos praticados pelos sistemas de informação do Tribunal de Justiça e pela documentação de integração? (Pedir para ver o sistema)</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p><b>Observações/Providências:</b></p>
<b>42</b>	<p>Os selos de fiscalizações estão sendo utilizados, obedecendo-se a ordem cronológica? (Pedir para ver o sistema - não sendo obedecida, deve-se comunicar a CGJ para cancelamento de todos os selos fora de ordem, para não configurar quebra de sequência)</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>43</b>	<p>Os selos estão sendo inseridos eletronicamente na última folha dos atos praticados – art. 149 e 150 do Código de Normas, acompanhado do carimbo da serventia e do sinal público do responsável pelo ato, de modo que fique assegurada a plena visualização de todos os itens do Selo Digital?</p> <p>(Somente é permitida a impressão de etiquetas em atos que não comportem inclusão eletrônica, tais como autenticação, reconhecimento e dut do detran, e, nos demais atos, tais como certidões, escrituras, procurações e etc... verificar se o selo se encontra inserido eletronicamente na última folha do documento).</p> <p>( <input type="checkbox"/> ) SIM    ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>44</b>	<p>No caso da utilização de etiqueta autoadesiva, é lançado sobre parte da etiqueta aplicada ao documento o carimbo da Serventia e a rubrica do responsável ou de seu preposto, permanecendo sempre legível a numeração do Selo Digital utilizado. (art. 149 do Código do Código de Normas)?</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>45</b>	<p>Os selos de fiscalização estão de acordo com os padrões definidos pelo Código de Normas e documentação de integração? (Tamanho, dados e informações – pedir para ver alguns selos utilizados)</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>46</b>	<p>Os atos selados estão sendo enviados imediatamente após suas conclusões, em documento html, ao sistema de informação do tribunal de justiça?</p> <p>( <input type="checkbox"/> ) SIM    ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>47</b>	<p>A serventia possui pendência de declaração de selos utilizados? (Consultar o sistema – SIAE ou pedir informações prévias ao setor de arrecadação)</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>48</b>	<p>A serventia ainda possui em seu acervo selos físicos pendentes de devolução ao Tribunal de Justiça? (Consultar previamente a divisão de arrecadação. Caso possua, deve proceder a imediata devolução ao TJ)</p> <p>( <input type="checkbox"/> ) SIM    ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>49</b>	<p>Como a serventia tem procedido quando da necessidade de proceder retificações e cancelamentos de selos? (A serventia deve solicitar autorização Corregedoria para cancelamento e retificação)</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>50</b>	<p>A serventia está obedecendo a determinação do código de normas, no sentido de manter estoque de selos para, no mínimo, 10 (dez) dias, antes de solicitar nova compra, a fim de que os serviços não sofram descontinuidade e prejudique a população? (Alertar que a inobservância a essa regra configura infração disciplinar)</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>51</b>	A serventia está cadastrando as partes envolvidas no ato, no momento da selagem, inclusive com RG e CPF? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências: o sistema mantém cadastro
<b>52</b>	Foi feita a conferência dos selos digitais impressos nos livros da serventia em comparação com a consulta pública pelo QR CODE ou pelo portal da TJ/PA, resultando na exata identificação entre os elementos de ambos (ato praticado, livro/folha/termo, valor dos emolumentos, encargos e valor total). ( ) SIM    (X) NÃO  Observações/Providências:
<b>CERTIDÕES NEGATIVAS</b>	
<b>53</b>	Em se tratando de serventia vaga, o responsável interino procede ao recolhimento de eventual quantia que, em sua renda líquida, exceda ao teto remuneratório de 90,25% do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, até o dia 10 do mês subsequente, apresentando o respectivo comprovante de pagamento, conforme art. 34 do Provimento Conjunto nº 02/2019-CJRMB/CJCI? ( ) SIM    ( ) NÃO    (X) INAPLICÁVEL  Observações/Providências:
<b>54</b>	Apresentou comprovação do correto recolhimento das taxas de fiscalização (FRJ e FRC)? ( ) SIM    (x ) NÃO  Observações/Providências:
<b>55</b>	Apresentou Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Municipal pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? ( ) SIM    (x) NÃO  Observações/Providências:
<b>56</b>	Apresentou Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Estadual pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? ( x ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>57</b>	Apresentou cópia da última GPS (Guia da Previdência Social) e GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS) , comprovando o uso do CEI (art. 17, II, b; e art. 19, II, g, Instrução Normativa RFB nº 971/2009)? ( x ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>58</b>	Apresentou Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? ( x ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>59</b>	Apresentou Certificado de Regularidade do FGTS - CRF pelo CEI do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? ( x ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>60</b>	Apresentou Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? ( x ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>61</b>	Apresentou Comprovante de transmissão da DOI dos últimos 12 (doze) meses, com utilização de Certificado Digital do Titular da Serventia; ( x ) SIM    ( ) NÃO    ( ) INAPLICÁVEL  Observações/Providências:
<b>PROVIMENTO Nº 149/2023 CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA</b>	
<b>62</b>	O notário ou registrador implantou políticas, procedimentos e controles internos de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo no âmbito da serventia, bem como informou os dados do oficial de cumprimento no Sistema Justiça Aberta? (CNJ, Provimento 149/2023, art. 144) ( x ) SIM    ( ) NÃO    ( ) INAPLICÁVEL  Observações/Providências:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>63</b>	Havendo indícios da prática de crime de lavagem de dinheiro ou de financiamento do terrorismo, ou de atividades a eles relacionadas, é observado o prazo de um dia útil após o exame da operação ou proposta de operação para comunicação ao Coaf? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 151, caput) ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( ) NÃO ( ) INAPLICÁVEL Observações/Providências:
<b>64</b>	O notário ou registrador, ou seu oficial de cumprimento, informa a CGJ-PA, até o dia 10 dos meses de janeiro e julho, a inexistência, nos 6 meses anteriores, de operação ou proposta suspeita passível de comunicação ao Coaf? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 153) ( ) SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO ( ) INAPLICÁVEL Observações/Providências:
<b>65</b>	O notário ou registrador, ou o oficial de cumprimento atende às requisições formuladas pelo Coaf e pelo CNJ na periodicidade, forma e condições por eles estabelecidas, com a preservação do sigilo das informações prestadas? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 178) ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( ) NÃO ( ) INAPLICÁVEL Observações/Providências:
<b>66</b>	O notário ou registrador mantém cadastro dos envolvidos, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art.145, caput) ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( ) NÃO ( ) INAPLICÁVEL Observações/Providências:
<b>67</b>	O notário ou registrador mantém cadastro das pessoas físicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 145, § 1º do Prov. n. 149/2023, CNJ ? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( ) NÃO ( ) INAPLICÁVEL Observações/Providências:
<b>68</b>	O notário ou registrador mantém cadastro das pessoas jurídicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 145, § 2º do Prov. n. 149/2023, CNJ? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( ) NÃO ( ) INAPLICÁVEL Observações/Providências:
<b>PROVIMENTO CNJ Nº 74/2018 – PADRÕES MÍNIMOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (ART. 206 DO PROV. CNJ 149/2023)</b>	
<b>69</b>	A serventia apresentou laudo técnico certificando que está adequada aos padrões mínimos de segurança atendendo as exigências técnicas do Provimento nº 74/2018 do Conselho Nacional de Justiça? ( ) SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO Observações/Providências: Caso a serventia não apresente laudo técnico, devem ser preenchidos integralmente os itens abaixo:





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

70

Em relação aos parâmetros definidos no Provimento 74/CNJ, a serventia está enquadrada em que classe?

- classe 1 (arrecadação de até R\$ 100.000,00 por semestre)  
 classe 2 (arrecadação de R\$ 100.000,00 a R\$ 500.000,00 por semestre)  
 classe 3 (arrecadação superior a R\$ 500.000,00 por semestre)

OBS – 1. Informações disponíveis no site da Corregedoria de Justiça

Possui rede elétrica devidamente aterrada?

- SIM  NÃO

Observação:

Possui nobreak compatível com os servidores instalados, com autonomia de pelo menos 30 minutos?

- SIM  NÃO

Observação:

Link de comunicação de dados megabits:\*

- 2 Megabits  5 Megabits  10 Megabits  Mais de 10 Megabits

Observação:

Possui local técnico isolado dos demais ambientes (alvenaria ou divisórias), com restrição de acesso por chave?

- SIM  NÃO

Observação:

Possui local com refrigeração compatível com a quantidade de equipamentos e metragem?

- SIM  NÃO

Observação:

Possui dispositivo de armazenamento (storage):

- inexistente  físico  virtual

Observação:

Possui serviço de cópias de segurança na internet (backup em nuvem)?

- SIM  NÃO

Observação: AZZURA

Possui servidor com sistema de alta disponibilidade que permita a retomada do atendimento à população em até 15 minutos após eventual pane do servidor principal?

- SIM  NÃO

Observação:

Possui impressoras e scanners (multifuncionais)?

- SIM  NÃO

Quantos? (especificar) 4 unidades, brother

Observação:

Possui switch para a conexão de equipamentos internos?

- SIM  NÃO

Observação:

Possui roteador para controlar conexões internas e externas?

- SIM  NÃO

Observação: Mikrotik Firewall

Possui softwares licenciados para uso comercial?

- SIM  NÃO. Especificar: DOC Demaria, Verus Ansata, PRO – Automação e Gestão do Protesto de Títulos e Documentos, Windows server 2022, Secullum Ponto, Senha.serve.site

Observação:

Possui software antivírus e antissequestro?

- SIM  NÃO

Observação: MCPHEE

Possui firewall?

- SIM  NÃO

Observação:

Possui proxy?

- SIM  NÃO

Observação:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

	<p>Possui banco de dados? ( x ) SIM ( ) NÃO Observação:</p> <p>Quantos funcionários do cartório treinados na operação do sistema e das cópias de e segurança ou de empresa contratada que preste o serviço de manutenção técnica com suporte?</p> <p>Observação:</p>
<b>PROVIMENTO CNJ 149/2023 E CGJ Nº 10/2021 - TRATAMENTO E PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS - LGPD</b>	
71	<p>A serventia mantém, em sua unidade, um sistema de controle do fluxo abrangendo a coleta, tratamento, armazenamento e compartilhamento de dados pessoais, até a restrição de acesso futuro? ( ) SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
72	<p>A serventia mantém, em sua unidade, política de privacidade que descreva os direitos dos titulares de dados pessoais, de modo claro e acessível, os tratamentos realizados e a sua finalidade? ( ) SIM ( x ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
73	<p>A serventia já indicou o Encarregado de Proteção de Dados Pessoais, mantendo, em sua unidade, um canal de atendimento adequado para informações, reclamações e sugestões ligadas ao tratamento de dados pessoais, com fornecimento de formulários para essa finalidade (art. 84, I e art. 88 do Provimento CNJ 149/2023)? ( ) SIM ( x ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
74	<p>A serventia mantém, em sua unidade, em local de fácil visualização e consulta pelo público, bem como em seus meios de comunicação, as medidas sobre o cumprimento da lei de proteção de dados, divulgando as informações básicas a respeito dos dados pessoais e procedimentos de tratamento, os direitos dos titulares dos dados, o canal de atendimento disponibilizado aos titulares de dados para que exerçam seus direitos e os dados de qualificação do encarregado, com nome, endereço, e meios de contato? ( ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
75	<p>A serventia mantém em sua unidade formulário para terceiros preencherem e assinarem o requerimento para obtenção de informações? ( ) SIM ( x ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>PROVIMENTO CNJ 149/2023 – CNJ (SISTEMA ELETRÔNICO DE REGISTROS PÚBLICOS)</b>	
76	<p>A Serventia está integrada tecnologicamente ao SERP – Sistema Eletrônico de Registros Públicos, instituído pela Lei nº 14.382 de 27.06.2022? (A total integração entre os Operadores Nacionais – ON – RCPN, ON-TDPI e ONR ao ONSERP deve ocorrer em até 90 dias, contados de 03.02.2023) ( ) SIM ( x ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>TÓPICO DE ENCERRAMENTO</b>	
78	<p>Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da inspeção realizada no ano anterior? ( ) SIM ( x ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>79</b>	Outras observações:
-----------	---------------------

**RELATÓRIO DE CORREICÃO - REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS**

<b>REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS</b>	
<b>1</b>	Mantém arquivados os documentos necessários à lavratura dos atos de seu ofício? ( x ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>2</b>	Todos os livros da serventia contêm as assinaturas, rubricas, números de páginas e termos de abertura e encerramento obrigatórios aos atos e à escrituração? ( ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>3</b>	São feitas as remissões recíprocas e encaminhadas as comunicações com resumo do assento, dos registros ou averbações levadas a efeito na Serventia, ao oficial em cujo cartório estiverem os registros primitivos, no prazo de cinco dias, consoante o disposto nos arts. 106 e 107 da Lei Federal 6.015/73? ( x ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>4</b>	São feitas as anotações nos atos anteriores das comunicações recebidas de outras serventias no prazo de cinco dias consoante disposto no arts. 106 e 107 da Lei Federal 6.015/73? ( x ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>5</b>	Os editais de proclamas de casamento são afixados em local ostensivo da Serventia e publicados na imprensa local, consoante o disposto no art. 67, §1º, da Lei Federal 6.015/73? ( x ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>6</b>	É mantida rigorosamente atualizada a escrituração do Livro “D – de registro de proclamas”, prevista nos arts. 33, inc. VI, e 43, ambos da Lei Federal 6.015/73? ( x ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>7</b>	Há juiz de paz na serventia? Como é feita sua remuneração? ( ) SIM    ( x ) NÃO  Observações/Providências:
<b>8</b>	É observada a territorialidade para a lavratura dos assentos de nascimento (lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais), conforme dispõe o art. 50, caput, da Lei Federal 6.015/73? ( x ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>9</b>	<p>É observada a territorialidade para a lavratura dos assentos de casamento (distrito de residência de ao menos um dos nubentes), conforme dispõe o art. 67, caput, da Lei Federal 6.015/73? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    (    ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>10</b>	<p>É observada a territorialidade para a lavratura dos assentos de óbitos (lugar do falecimento ou no lugar de residência do <i>de cujus</i>), conforme dispõe o art. 77, caput, da Lei Federal 6.015/73? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    (    ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>11</b>	<p>O registro tardio de nascimento é feito no lugar de residência do interessado mediante requerimento, impressão datiloscópica e fotografia do registrando, com 2 (duas) testemunhas devidamente qualificadas e entrevistadas pelo Oficial e demais requisitos do Provimento nº 149/2023 do Conselho Nacional de Justiça? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    (    ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>12</b>	<p>São encaminhadas ao Juiz competente as certidões de registro de nascimento onde foi estabelecida apenas a maternidade, consoante o disposto no art. 2º da Lei Federal 8.560/92? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    (    ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p> <p>Deve ser orientada a encaminhar pelo Sistema PJE, assim como todos os demais procedimentos de consulta e dúvida. (classe 123 – averiguação de paternidade/assunto 5804 – investigação de paternidade)</p>
<b>13</b>	<p>Finalizado o procedimento de alteração de nome previsto nos artigos 55 e 56 da Lei 6015/73, têm sido feitas as comunicações necessárias aos órgãos de identificação civil e TSE, preferencialmente por meio eletrônico? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    (    ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>14</b>	<p>Está sendo cumprido o Provimento CNJ nº 149/2023 quanto aos itens abaixo?</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- prestar as informações suficientes para individualizar a pessoa requerente (nome anterior, nome atualizado, nome dos pais, data de nascimento, documento de identidade e CPF), em documento cuja autenticidade possa ser verificada; ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    (    ) NÃO</li><li>- informar à pessoa interessada que a retificação do seu prenome no Cadastro Eleitoral deverá ser por ela requerida à Justiça Eleitoral, mediante operação de revisão, o que é indispensável para possibilitar que certidões eleitorais e o caderno de votação contemplem o nome atual ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    (    ) NÃO</li></ul> <p>Observações/Providências:</p>
<b>15</b>	<p>Encontram-se afixadas, nas dependências da serventia, em local de grande visibilidade, que permita fácil leitura e acesso ao público, informações claras sobre a gratuidade para a lavratura dos assentos de nascimento e de óbito, bem como pela emissão das respectivas primeiras certidões, conforme disposto no art. 30, §3º-C, da Lei Federal 6.015/73? (    ) SIM    ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>16</b>	<p>É observado o sistema de plantão nos sábados, domingos e feriados, conforme art. 4º, §1º, da Lei Federal 8.935/94? Possui aviso ao público do horário e local do plantão da serventia? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    (    ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>17</b>	Nos assentos de nascimento e óbito é obedecida pelo registrador, a grafia correta no nome dos registrandos, bem como é observada a vedação legal de registro de prenomes que exponham ao ridículo? ( x ) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>18</b>	Antes da lavratura de qualquer registro de nascimento, a serventia realiza consulta prévia à Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais - CRC, a fim de verificar a existência de registro de nascimento lavrado com o mesmo número de Declaração de Nascido Vivo-DNV, conforme Recomendação nº 43/CNJ/2019? ( x ) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>19</b>	Está sendo obedecido o prazo de 48h (quarenta e oito horas) para encaminhamento dos dados registrais das pessoas em estado de vulnerabilidade socioeconômica, para os Institutos de Identificação, para efeito de emissão de registro de identidade, nos termos do Provimento 149/2023 -CNJ? ( x ) SIM ( ) NÃO Observações/Providências: Sem ocorrência
<b>20</b>	Os registros de nascimento e os assentos de óbitos contêm os requisitos exigidos, respectivamente, dos arts. 54 e 80 da Lei Federal n. 6.015/73, bem como seguem os padrões mínimos definidos pelo Provimento 63/2017- CNJ e Provimento 149/2023-CNJ? ( x ) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>21</b>	A Serventia formaliza a notificação ao Juiz Corregedor Permanente, Ministério Público e/ou Polícia em caso de registros de nascimento quando a mãe é menor de 14 anos? ( x ) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>22</b>	São atendidas as determinações do Provimento nº 149/2023 do CNJ que instituiu a Central de Registro Civil – CRC, quanto às digitalizações, alimentação, pedidos de certidões e encaminhamento das comunicações dos registros e averbações feitos na serventia? ( ) SIM ( x ) NÃO Observações/Providências:
<b>23</b>	O acervo da serventia está digitalizado e integrado aos sistemas CRC e SIRC? ( ) SIM ( x ) NÃO Observações/Providências:
<b>24</b>	São encaminhadas as comunicações mensais ao INSS, IBGE, Junta de Serviço Militar do Município, Secretaria de Saúde, Justiça Eleitoral, DETRAN e demais repartições e autoridades, consoante disposto no art. 49 da Lei Federal 6.015/73? ( x ) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>25</b>	Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da inspeção realizada no ano anterior?( x) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>26</b>	A serventia está cumprindo as disposições do Provimento 149/2023-CNJ que trata sobre o cadastro, no Justiça Aberta, das unidades interligadas em funcionamento nos hospitais e maternidades? ( x ) SIM ( ) NÃO Observações/Providências: Hospital Municipal.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**  
**RELATÓRIO DE CORREIÇÃO – TABELIONATO DE NOTAS**

<b>TABELIONATO DE NOTAS</b>	
<b>1</b>	A Serventia possui todos os livros próprios das atribuições de Tabelionato de Notas, conforme legislação em vigor? ( x ) SIM      ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>2</b>	Mantém arquivadas as certidões e os documentos necessários à lavratura de escrituras relacionadas às transações imobiliárias, consoante o disposto na Lei Federal 7.433/85 e Decreto 93.240/86? ( x ) SIM      ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>3</b>	Mantém fichário de cartões de autógrafo? ( x ) SIM      ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>4</b>	No reconhecimento de firmas, dentre os requisitos exigidos, tem sido mencionada a sua espécie (autenticidade ou semelhança), bem como o nome do signatário por extenso e de modo legível, inclusive quando houver mais de uma assinatura? ( x ) SIM      ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>5</b>	É observada a vedação do reconhecimento de firma em documentos sem data, pós-datado, incompleto ou que contenha espaços em branco? ( x ) SIM      ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>6</b>	Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias da data da lavratura, a escritura não assinada pelas partes faltantes é tornada sem efeito? ( x ) SIM      ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>7</b>	O tabelião, substituto ou escrevente, bem como as demais pessoas que comparecem aos atos, rubricam todas as folhas utilizadas? As rubricas são colhidas na margem que não é destinada à encadernação? ( ) SIM      ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>8</b>	Nos livros de folhas soltas, logo que concluídos, são lavrados os termos de encerramento, com posterior encadernação (art. 87, § 2º do Código de Normas)? ( x ) SIM      ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>9</b>	A Serventia já está integrada no Sistema de Atos Notarias Eletrônicos – e-Notariado, nos termos pelo Provimento 149/2023-CNJ? ( ) SIM      ( ) NÃO Observações/Providências:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>10</b>	<p>A Serventia já instituiu a matrícula notarial eletrônica, nos termos do art. 295 do Provimento 149/2023-CNJ? ( ) SIM      ( x ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>11</b>	<p>Remete ao CENSEC, até o 15º (décimo quinto) dia de cada mês subsequente ao da lavratura, relação dos inventários, partilhas, separações, divórcios, testamentos e suas revogações realizadas no mês anterior e demais determinações dos Provimentos nº 149/2023 e nº 56/2016 do CNJ? ( x ) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>12</b>	<p>Preenche, obrigatoriamente, antes da assinatura do ato, ficha padrão ou cartão de autógrafo das partes que pratiquem atos translativos de direitos, de outorga de poderes, de testamento ou de relevância jurídica? ( x ) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>13</b>	<p>O Livro de Registro de Assinaturas para Reconhecimento de Firma Autêntica ou Verdadeira contém todos os elementos constantes do Capítulo XII do CN (Provimento Conjunto nº 02/2019-CJRM/CJCI)? ( x ) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>14</b>	<p>O tabelião informa ao Colégio Notarial do Brasil, em até 15 dias, os dados para alimentação ou atualização dos dados que compõem o Cadastro Único de Clientes do Notariado (CCN)? (CNJ, Prov. n. 149/2023-CNJ) ( ) SIM      ( x ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>15</b>	<p>Observa rigorosamente as formalidades necessárias à lavratura de testamentos, conforme disposto no artigo 20, § 4º, a Lei nº 8.935/1994 c/c artigo 1.864 e seguintes do Código Civil, ( ) SIM      ( x ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>16</b>	<p>O tabelião consulta a base de dados do Cadastro Único de Beneficiários Finais, com a complementação das informações com outras que puder extrair dos documentos disponíveis, para os fins de identificação do beneficiário final da operação? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 167, § 3º) ( ) SIM      ( x ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>17</b>	<p>Existem pendências na central (CENSEC), nos diversos módulos, quanto a alimentação sobre escrituras e procurações públicas lavradas ou informação negativa da prática destes atos? (CNJ, Prov. 149/2023) ( x ) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>18</b>	<p>Existem pendências na central (CENSEC), nos diversos módulos, quanto a carga das informações dos atos notariais já lavrados, realizada regressivamente? (CNJ, Prov. 149/2023) ( x ) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>19</b>	<p>A serventia extrajudicial cumpre os arts. 7º e 14 do Provimento 39 do CNJ, efetuando consulta o banco de dados da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB, consignando no ato notarial o resultado da pesquisa e o respectivo código gerado (hash), no desempenho regular de suas atividades e para a prática dos atos de ofício? ( x ) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>20</b>	Nos últimos três meses a Serventia formalizou alguma Escritura Pública de área rural a pessoa física ou jurídica estrangeira, assim considerada nos termos da legislação em vigor? Nelas, tem sido observadas as exigências do art. 9º e seu parágrafo único da Lei Federal n. 5.709/71, bem como o Decreto 74.965/74? <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
<b>21</b>	É observado o disposto no artigo 8º, §3º, da Lei Federal nº 5.868/1972 nas escrituras públicas envolvendo imóvel rural, que não podem possuir área menor que o módulo rural previsto para a região? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
<b>22</b>	É observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Lei Federal nº 6.766/1979 nas escrituras públicas envolvendo imóvel urbano, que não podem possuir área menor que 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados)? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
<b>23</b>	Em caso de imunidade tributária, isenção ou não incidência do tributo está sendo mencionado na escritura o dispositivo constitucional ou legal que autoriza ou, se for o caso, referida a certidão expedida pela autoridade fiscal competente sobre o fato, conforme determina o art. 5º do Provimento n. 008/2002 - CGJ? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
<b>24</b>	A serventia fiscaliza o recolhimento dos tributos incidentes sobre os atos lavrados? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
<b>25</b>	Qual o último acesso realizado à Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB? (CNJ, Prov. n. 39/2014) 16/10/2024 Observações/Providências: Somente acessa quando realiza algum ato.
<b>26</b>	Os tabelionatos de notas do Estado do Pará estão cumprindo integralmente as disposições do Provimento 164/2024 do CNJ, referente à Autorização Eletrônica de Doação de Órgãos, Tecidos e Partes do Corpo Humano (AEDO), por meio do módulo específico do e-Notariado? Há cobrança de emolumentos sobre o serviço? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Observações/Providências:
<b>27</b>	Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da correição realizada anterior? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
<b>28</b>	Providências a serem adotadas:





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - TABELIONATO DE PROTESTOS**

<b>TABELIONATO DO PROTESTO DE TÍTULOS</b>	
<b>1</b>	Os títulos e documentos de dívida recepcionados, apresentados ou distribuídos no horário regulamentar são protocolizados dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas, obedecendo à ordem cronológica da entrega (art. 8º da Lei n. 9.492/97)?  ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>2</b>	Os protestos são registrados no prazo legal, sendo o respectivo instrumento entregue ao apresentante com as informações exigidas pelo art. 20 da Lei 9.492/97?  ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>3</b>	As importâncias referentes a títulos resgatados são imediatamente entregues a quem de direito (1º dia útil subsequente ao pagamento)?  ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>4</b>	O registro do protesto e seu instrumento contêm todos os requisitos legais, consoante o disposto no art. 22 da Lei Federal 9.492/97?  ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências: LIVRO 0389
<b>5</b>	Os documentos que instruem os atos praticados são mantidos em arquivo, consoante o disposto no art. 35 da Lei Federal 9.492/97?  ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>6</b>	O Livro de Protocolo possui colunas destinadas a todas as anotações previstas no art. 32 da Lei Federal 9.492/97?  ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>7</b>	A escrituração do livro de Protocolo é encerrada diariamente, constando do termo de encerramento o número de documentos apresentados no dia, sendo a data da protocolização a mesma do termo diário do encerramento, consoante o disposto no art. 32, parágrafo único, da Lei Federal 9.492/97?  ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>8</b>	O Livro de Registros de Protestos existe (na forma física ou por meio eletrônico, art. 35, §2º, da Lei Federal 9.492/97) e sua escrituração está formalmente regular?  ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>9</b>	<p>É exigido o reconhecimento de firma nas declarações de anuência para cancelamentos de registro de protesto, conforme o disposto no art. 26, §1º, da Lei Federal 9.492/97? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>10</b>	<p>Os cancelamentos de registro de protesto encontram-se devidamente assinados pelo Tabelião Titular, seus Substitutos ou Escreventes Autorizados, conforme art. 26, §5º, da Lei Federal 9.492/97? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>11</b>	<p>É mantida rigorosamente atualizada a escrituração dos índices a que se refere o art. 34 da Lei Federal 9.492/97, podendo ser elaborados pelo sistema de fichas, microfichas ou banco eletrônico de dados? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>12</b>	<p>A localização dos registros de protestos e seu cancelamento nos índices são feitos de forma rápida e confiável? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>13</b>	<p>As intimações são feitas de modo que o recebimento fique assegurado e comprovado por meio de protocolo, aviso de recebimento – AR ou documento equivalente? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>14</b>	<p>São mantidos devidamente arquivados os mandados judiciais de sustação de protesto, com os respectivos documentos, até o trânsito em julgado da respectiva lide? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>15</b>	<p>O tabelião cumpre o art. 179 do Prov. CNJ n. 149/2023, o qual estabelece que “Não se negará a realização de ato registral ou protesto por falta de elementos novos ou dados novos, estipulados no presente Código”? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>16</b>	<p>Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto ao acesso às informações sobre quaisquer protestos válidos lavrados pelos Tabeliães de Protesto de Títulos dos Estados ou do Distrito Federal? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023) ( <input type="checkbox"/> ) SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>17</b>	<p>Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à consulta gratuita às informações indicativas da existência ou inexistência de protesto, respectivos tabelionatos e valor? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023) ( <input type="checkbox"/> ) SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>18</b>	Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto ao fornecimento de informação complementar acerca da existência de protesto e sobre dados ou elementos do registro, quando o interessado dispensar a certidão? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023) ( <input type="checkbox"/> ) SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO  Observações/Providências:
<b>19</b>	Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto ao fornecimento de instrumentos de protesto em meio eletrônico? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023) ( <input type="checkbox"/> ) SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO  Observações/Providências:
<b>20</b>	Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à recepção de declaração eletrônica de anuência para fins de cancelamento de protesto? CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023) ( <input type="checkbox"/> ) SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO  Observações/Providências:
<b>21</b>	Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à recepção de requerimento eletrônico de cancelamento de protesto? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023) ( <input type="checkbox"/> ) SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO  Observações/Providências:
<b>22</b>	Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à recepção de títulos e documentos de dívida, em meio eletrônico, para fins de protesto, encaminhados por órgãos do Poder Judiciário, procuradorias, advogados e apresentantes cadastrados? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023) ( <input type="checkbox"/> ) SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO  Observações/Providências:
<b>23</b>	Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à recepção de pedidos de certidão de protesto e de cancelamento e disponibilização da certidão eletrônica? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023) ( <input type="checkbox"/> ) SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO  Observações/Providências:
<b>24</b>	Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da inspeção realizada no ano anterior? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO  Observações/Providências:
<b>25</b>	Providências a serem adotadas:

**OBSERVAÇÕES/PROVIDÊNCIAS:**

A Correição Ordinária realizada presencialmente pela Corregedoria-Geral de Justiça no Cartório do 2º Ofício de Tucuruí (CSN 06.855-1), ocorreu no dia 24 outubro de 2024.

A serventia possui as atribuições de Registro Civil de Pessoas Naturais, Tabelionato de Protesto e Tabelionato de Notas. O Delegatário do serviço é o Sr. Antonio Oscar Demetrio, que não se



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

encontrava presente no momento da correição, pois estava em Belém para tratamento de saúde.

A serventia possui 13 (treze) colaboradores, incluindo os 03 (três) substitutos. No entanto, apenas 06 (seis) colaboradores estão registrados, os demais trabalham de forma informal.

Com o advento da Lei Estadual n. 10.538/2024, que dispõe sobre a reorganização, a desacumulação e a criação dos serviços e serventias extrajudiciais do Estado do Pará, o cartório correccionado possui a ser o único a realizar no município de Tucuruí o serviço de tabelionato de notas, de modo que, faz-se necessário incrementar o quadro de colaboradores.

Durante a correição, foram apresentadas as Portarias de Designação dos 03 (três) Substitutos, as quais se encontram anexas ao presente relatório.

A serventia observa a jornada de 07:30 às 12:00 hs e de 13:00 às 18:00 hs, com intervalo para o almoço. Funciona em regime de plantão aos sábados, domingos e feriados, a fim de atender as demandas de Registro Civil das Pessoas Naturais relativas ao nascimento e óbito, em conformidade com o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 8.935/1994 e art. 8º, parágrafo único, da Lei n. 6015/1973, para tanto, trabalha em regime de sobreaviso, disponibilizando o número de telefone que fica na porta de entrada do cartório.

O prédio onde funciona a serventia é bastante antigo, entretanto, atende as necessidades do serviço, sendo todo climatizado. Na fachada do prédio são disponibilizadas informações sobre os serviços prestados, bem como o número de telefone da serventia.

A serventia não dispõe de alvará de funcionamento da Prefeitura, tampouco do Corpo de Bombeiros.

No espaço destinado ao atendimento são disponibilizadas longarinas bem antigas, que precisam ser substituídas, a fim de conferir maior conforto aos usuários do serviço. São distribuídas senhas de forma eletrônica, com identificação de prioridade.

Em relação ao arquivamento dos livros e documentos, a serventia arquiva os livros na parte térrea do prédio em armários localizados na sala do Tabelião. Contudo, não há qualquer organização, não há técnica de catalogação, aparentando desorganização.

Os documentos são arquivados na parte superior da serventia, cujo acesso somente é possível utilizando uma escada localizada na área externa do prédio. O local é abafado, com odor de mofo, mostrando-se inadequado para a guarda da documentação, que se encontra armazenada em sacos plásticos transparentes, sendo recomendável a utilização de caixas com identificação, a fim de facilitar a localização.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

De acordo com o substituto Renato, será construída uma sala nos fundos do prédio destinada ao arquivo, o que em tese irá suprir a falta de espaço e promoverá a organização dos documentos.

Observou-se, ainda, muitos papéis amontoados nos balcões de atendimento, aparántando certa desordem, tendo-se recomendado a organização desses, a fim de melhorar a aparência da serventia.

Durante a correição, verificou-se que a Tabela de Emolumentos fica em local de fácil visualização. No entanto, não foram localizados cartazes informativos da gratuidade dos serviços de nascimento e óbito.

Os recibos discriminando os emolumentos percebidos são fornecidos aos tomadores do serviço somente quando solicitado por estes.

Em relação ao sistema de cópias de segurança, além da redundância do servidor, a serventia possui storage, bem como faz *backup* em nuvem.

A serventia não possui Livro de Visitas e Correições e não utiliza o Livro Diário Auxiliar, tendo sido recomendada a imediata regularização tais pendências, especialmente, em relação ao Livro Diário Auxiliar.

A serventia possui pendências em relação ao Sistema Justiça Aberta do CNJ relativas ao 2º semestre de 2023 e ao 1º semestre de 2024. Foi informado que se estava aguardado o retorno do contador quanto a finalização do Livro Diário Auxiliar.

Em relação ao registro de conteúdo eletrônico de todos os atos notariais e de registro, cabe ressaltar que, a serventia foi criada em janeiro de 1989, com atribuição de Registro Civil de Pessoas Naturais, todos os atos foram inseridos no sistema DeMaria. Contudo, em 2016, o acervo do Cartório do 1º Ofício de Tucuruí foi remetido ao Cartório do 2º Ofício, e ainda não foi inserido em sistema, sendo alimentado de acordo com a demanda.

Quanto aos notariais, o acervo originário já se encontra no sistema ACSIV. No entanto, após o advento da Lei Estadual n. 10.538/2024, a serventia recebeu o acervo do Cartório do 1º Ofício de Tucuruí, tendo migrado com a base de dados dos livros mais recentes, não tendo ocorrido o mesmo com os livros mais antigos.

Durante a correição, foi informado que a serventia utiliza 02 (dois) sistemas, quais sejam, DeMaria para o serviço de Registro Civil de Pessoas Naturais e o ACSIV para os serviços de Tabelionato de Notas e Tabelionato de Protesto. Segundo o Oficial Substituto, apenas o sistema ACSIV encontra-se interligado com o sistema de prestação de contas, o sistema DeMaria se interliga permitindo que os selos



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

sejam utilizados de forma cronológica.

Observa-se que os selos estão sendo inseridos eletronicamente na última folha dos atos praticados, todavia não está sendo impresso o QR Code, impossibilitando uma conferência rápida dos emolumentos via consulta pública.

Os atos selados não estão sendo enviados imediatamente após suas conclusões, em documento html, ao sistema de informação do TJPA, como determina o art. 156 do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará, a remessa é feita somente no final do dia.

No momento da correição, foi remetido para o e-mail da serventia o Relatório Situacional da Divisão de Arrecadação Extrajudicial, para regularização das inconsistências.

A serventia possui pendências consideráveis com relação ao recolhimento da taxa de custeio do Fundo de Reparelhamento do Judiciário – FRJ e também encontra-se inadimplente com o Fundo de Registro Civil – FRC.

A serventia não apresentou certidões relativas à Fazenda Pública Municipal.

A serventia não apresentou certidão relativa aos Tributos Federais pelo CPF do Delegatário.

A serventia apresentou Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Estadual pelo CPF do Delegatário e Certidão Positiva pelo CNPJ do cartório.

A serventia apresentou Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ do cartório, bem como Certificado de Regularidade do FGTS.

No momento da correição, foi apresentada pasta contendo os comprovantes de transmissão da DOI.

Em relação ao Provimento n. 149/2023 – CNJ concernente à implantação de políticas, procedimentos e controles internos de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, o Titular do serviço é cadastrado como Oficial de Cumprimento. Todavia, nunca fizeram nenhuma comunicação ao COAF e demonstraram desconhecimento de como proceder.

Quanto ao cumprimento do Provimento n. 74/2018 - CNJ (Padrões Mínimos de Tecnologia da Informação), a serventia se enquadra na Classe 03, não possui firewall nem proxy. Uma empresa foi contratada para realização do serviço de manutenção técnica.

Com relação ao Provimento 149/2023 – CNJ e Provimento n. 10/2021, observou-se que a serventia não se encontra enquadrada às normas da Lei Geral de Proteção de Dados.

A serventia está integrada ao Sistema Eletrônico de Registros Públicos – SERP.

Quanto ao serviço de Registro Civil de Pessoas Naturais, a serventia mantém arquivados os



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

documentos necessários à lavratura dos atos de seu ofício somente no formato físico.

Feita a análise, por amostragem, nos Livros B-43 (Casamento), C-28 (Óbito) e D-58 (Proclamas), constatou-se que todos já foram encerrados, porém não foi lavrado termo de encerramento, tampouco foram encadernados, e os livros subsequentes já foram abertos e já estão em uso.

As comunicações realizadas para efeito de anotação nos registros primitivos são feitas e recebidas via Central de Informações do Registro Civil – CRC.

Os editais de proclamas de casamento são disponibilizados no e-proclamas, via CRC.

O Oficial Substituto Renato é quem celebra os casamentos.

Feita a análise, por amostragem, no Livro A-214, Livro B-43 e Livro C-29, verificou-se que é observada a territorialidade para a lavratura dos assentos de nascimento, casamento e óbito.

As certidões de registro de nascimento onde foi estabelecida apenas a maternidade são enviadas ao Juiz competente, porém foi relatado que este não dá prosseguimento, ele espera a pessoa ajuizar ação.

Como já foi relatado acima, a serventia não disponibiliza cartazes informativos da gratuidade dos atos de nascimento e óbito.

Em caso de registro de nascimento quando a mãe é menor de 14 anos de idade, a serventia comunica o fato à Delegacia, bem como ao Ministério Público.

No momento da correição, não foi possível extrair os relatórios da Central de Informações do Registro Civil – CRC. No entanto, realizada consulta, em 05/11/2024, verificou-se que a serventia possuía algumas pendências, conforme print abaixo.



**Portal da Correição**

Relatório geral de cartórios



Dados atualizados em 05/11/2024

CNS	Cartório	UF	Município	CRC	CRC Jud	Reg. Civil	Comun.	Comun. +30	Cargas Atrasadas (dias)	+11 dias	+30 dias
068551	Tucuruí	PA	Tucuruí	0	0	0	1	0	7	Regular	Regular

A serventia ainda não está totalmente integrada aos sistemas Central de Informações do Registro Civil - CRC e Sistema Nacional de Informações de Registro Civil - SIRC.

A serventia possui unidade interligada no Hospital Municipal.

Quanto ao serviço de Tabelionato de Notas, a serventia possui todos os livros próprios da



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

atribuição.

As certidões e os documentos necessários à lavratura de escrituras públicas relacionadas às transações imobiliárias são arquivadas somente em meio físico.

Os cartões de autógrafo são mantidos tanto em meio digital como físico.

Feita a análise, por amostragem, no Livro 07 de Escrituras Públicas, não foram localizadas escrituras lavradas há mais de 30 (trinta) dias, faltando a assinatura de uma das parte. Todavia, foram identificados algumas páginas com os versos em branco, cito como exemplo, fl 13v, 18v, 34v, 47v, 60v, 68v, 71v, 77v, , 83v, 184v, 189v, 199v.

Selecionados alguns livros de forma aleatória, verificou-se que o Livro 07 de Escritura, Livro 01 de Substabelecimento e Livro 43 de Procuração, todos já encerrados, tiveram os termos de encerramento lavrados e foram posteriormente encadernados, em observância ao art 87, § 2º, do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará.

Foi informado que a serventia já se encontra integrada ao sistema de Atos Notariais Eletrônicos – e-Notariado, porém ainda não realizaram nenhum serviço no referido sistema.

A serventia não informa ao Colégio Notarial do Brasil, em até 15 (quinze) dias, os dados para alimentação ou atualização dos dados que compõem o Cadastro Único de Clientes do Notariado, em inobservância ao disposto no § 1º, do art. 166, do Provimento n. 149/2023 – CNJ.

Assim como, não consulta a base de dados do Cadastro Único de Beneficiários Finais, com a complementação das informações com outras que puder extrair dos documentos disponíveis, para os fins de identificação do beneficiário final da operação, estando, assim, em desacordo com o § 3º, do art. 167, do Provimento n. 149/2023 – CNJ.

A serventia possui pendências junto à Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados – CENSEC nos seguintes módulos operacionais: Central de Escrituras e Procurações – CEP (452), Central de Escrituras de Separações, Divórcios e Inventário - CESDI (428) e Registro Central de Testamento (02), inclusive, algumas são muito antigas, alusivas ao ano de 2006, conforme relatório em anexo e print abaixo:





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

> **Extrato de quinzenas**

[AJUDA](#)

Download do extrato de quinzenas  Somente pendências

CE	452	CESD	428	RCTO	2
----	-----	------	-----	------	---

Pendências

Assim como, existem pendências na CENSEC, nos diversos módulos, quanto à carga das informações dos atos notariais já lavrados, realizada regressivamente.

A serventia não formalizou Escritura Pública de área rural à pessoa física ou jurídica estrangeira, nos últimos 03 (três) meses.

Foi relatado que ainda não aconteceu na serventia pedido de Autorização Eletrônica de Doação de Órgão, Tecidos e Partes do Corpo Humano (AEDO), por meio do módulo específico do e-Notariado, conforme disposto no Provimento n. 149/2023 – CNJ, alterado pelo Provimento 164/2024 – CNJ.

Quanto ao serviço de protestos, a serventia utiliza sistema próprio, denominado de Claudenilson Dia, e já se encontra na versão 13.62B.

Os documentos que instruem os atos praticados são mantidos em arquivo digital.

Feita a análise, por amostragem, no Livro Protocolo n. 100, constatou-se que possui colunas destinadas a todas as anotações previstas no art. 32 da Lei n. 9.492/1997. Assim como, verificou-se a escrituração do livro protocolo é encerrada diariamente, consoante os termos do parágrafo único, do art. 32, do citado Diploma Legal.

Em relação à escrituração dos índices, prevista no art. 34 da Lei n. 9.492/1997, que visa facilitar a localizar dos registros de protestos e seus cancelamentos, verificou-se que a serventia tem o hábito de colocar os índices nos livros, mas também realizar buscas pelo sistema.

Normalmente, as intimações são feitas de forma pessoal, cujos comprovantes ficam arquivados na serventia, conforme verificado no momento da correição. No entanto, quando o endereço vem incompleto ou quando a pessoa se recusa a receber a notificação, a intimação é realizada por edital.

No momento da correição, a serventia não possuía pendências junto à CENPROT.

Em face do exposto, vislumbro a necessidade da adoção das seguintes providências:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**RELATÓRIO COMUM A TODAS AS ATRIBUIÇÕES:**

**01.** Providenciar a regularização da situação dos trabalhadores que se encontram trabalhando de forma informal (item 02), de acordo com a listagem apresentada em correição. **PRAZO: 30 DIAS.**

**02.** Apresentar os alvarás de funcionamento do prédio fornecidos pela Prefeitura e Corpo de Bombeiros (item 09). **PRAZO: 30 DIAS.**

**03.** Apresentar Plano de Ação de Organização do Arquivo, de forma profissional, devendo contratar um arquivista caso seja necessário, a fim de atender os parâmetros médios de organização tanto do arquivo como das mesas de atendimento. Os documentos devem ser catalogados e arquivados em caixas devidamente identificadas (item 10). **PRAZO: 60 DIAS.**

**04.** Providenciar a substituição das longarinas por novas, a fim de proporcionar maior conforto às pessoas que esperam atendimento (item 12). **PRAZO: 60 DIAS.**

**05.** A serventia deve funcionar preferencialmente em horário ininterrupto, dentro da previsão do Código de Normas (item 17). **PRAZO: IMEDIATO.**

**06.** Disponibilizar em local de fácil visualização, anúncios da gratuidade dos serviços de nascimento e óbito (item 21). **PRAZO: 15 DIAS.**

**07.** Automatizar o sistema de emissão de recibos via sistema, à medida que ocorre o pagamento, com a indicação dos emolumentos, taxas e ISS, os quais deverão ser entregues aos usuários do serviço independentemente de solicitação, eis que se trata de uma obrigação prevista no art. 30 da Lei n. 8.935/1994 (item 22). **PRAZO: IMEDIATO.**

**08.** Apresentar o Livro Diário Auxiliar em PDF (item 35). **PRAZO: 30 DIAS.**

**09.** Regularizar as pendências existentes no sistema Justiça Aberta do CNJ (item 37). **PRAZO: 15 DIAS.**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**10.** Apresentar Plano de Ação, a ser homologado por este Órgão Correcional, a fim de promover o registro de conteúdo eletrônico de todos os atos notariais e de registro, para tanto, deve fazer o levantamento da quantidade de atos pendentes de tal providência e indicar prazo razoável para o cumprimento da ordem (item 39). **PRAZO: 60 DIAS.**

**11.** Providenciar a impressão do selo com QR Code no final do livro, a fim de garantir a transparência na conferência (item 43). **PRAZO: 30 DIAS.**

**12.** No caso da utilização de etiquetas autoadesivas, providenciar a adequação dos padrões de tamanho e impressão de modo a permitir a leitura do QR Code (item 44). **PRAZO: 30 DIAS.**

**13.** Passar a enviar imediatamente ao sistema de informação do TJPA os atos selados após suas conclusões, em cumprimento ao disposto no art. 156 do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará (item 47). **PRAZO: IMEDIATO.**

**14.** Regularizar todas as pendências relatadas no Relatório Situacional da Divisão de Arrecadação (item 47). **PRAZO: 60 DIAS.**

**15.** Apresentar as Certidões relativas à Fazenda Pública Municipal pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia (item 55). **PRAZO: 10 DIAS.**

**16.** Apresentar a Certidão Conjunta relativos os Tributos Federais e a Dívida Ativa da União pelo CPF do Delegatário (item 60). **PRAZO: 30 DIAS.**

**17.** Implementar política, procedimentos e controles internos de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo no âmbito da serventia, podendo solicitar o auxílio da ANOREG para esse fim (item 62). **PRAZO: 30 DIAS.**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

18. Comunicar à Corregedoria Geral de Justiça sobre a existência ou inexistência de operação ou proposta suspeita passível de comunicação ao COAF, no prazo estipulado no art. 153, *caput*, do Provimento n. 149/2023, alterado pelo Provimento n. 161/2024, ambos do CNJ (item 64).

19. Adquirir firewall e proxy (item 70). **PRAZO: 30 DIAS.**

20. Adequar a serventia às diretrizes da LGPD (itens. 71,72, 73, 74 e 75). **PRAZO: 60 DIAS.**

**RELATÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS:**

01. Lavrar os termos de encerramento dos Livros B-43 (Casamento), C-28 (Óbito) e D-58 (Proclamas), para posterior encadernação (item 02). **PRAZO: 30 DIAS.**

02. Regularizar as pendências existentes junto à CRC (item 22). **PRAZO: 15 DIAS.**

03. Apresentar Plano de Ação, a ser homologado por este Órgão Correcional, com a finalidade de promover a digitação e integração do acervo da serventia aos sistemas CRC e SIRC, para tanto, deve indicar prazo razoável para o cumprimento da ordem (item 23). **PRAZO: 60 DIAS.**

**RELATÓRIO DE TABELIONATO DE NOTAS:**

01. Inutilizar os versos das folhas 13v, 18v, 34v, 47v, 60v, 68v, 71v, 77v, 83v, 184v, 189v, 199v do Livro n. 07 de Escrituras Públicas com carimbo em branco, bem como das demais folhas que se encontram na mesma situação (item 06). **PRAZO: IMEDIATO.**

02. Informar ao Colégio Notarial do Brasil, em até 15 dias, os dados para alimentação ou atualização dos dados que compõem o Cadastro Único de Clientes do Notariado, de acordo com os termos do § 1º, do art. 166, do Provimento n. 149/2023 – CNJ (item 14). **PRAZO: IMEDIATO.**

03. Consultar a base de dados do Cadastro Único de Beneficiários Finais, com a complementação das informações com outras que puder extrair dos documentos disponíveis, para fins de identificação do beneficiário final da operação, de acordo com os termos do § 3º, art. 167, do Provimento n. 149/2023 – CNJ (item 17). **PRAZO: IMEDIATO.**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**04.** Providenciar a regularização das pendências existentes junto à CENSEC (itens 17 e 18). **PRAZO:**  
**90 DIAS.**

**- DOCUMENTOS EM ANEXO:**

Anexo I – Portarias de Nomeação dos Substitutos.

Anexo II – Certidões Trabalhistas, da Fazenda Estadual e Tributos Federais.

Anexo III – Certificados de Regularidade do FGTS.

Anexo IV – Relatório de Pendências CENSEC.

Anexo V - Relatório Situacional da Divisão de Arrecadação dos Serviços Extrajudiciais.

Belém, data da assinatura eletrônica.

**LUCIO BARRETO** Assinado de forma digital por  
**GUERREIRO:8176** LUCIO BARRETO GUERREIRO:8176  
Dados: 2024.11.08 11:19:19 -03'00'

**LÚCIO BARRETO GUERREIRO**

*Juiz Corregedor da CGJ*

MONICA CRISTINA DE AZEVEDO Assinado de forma digital por MONICA  
HONDA:57778698234 CRISTINA DE AZEVEDO HONDA:57778698234  
Dados: 2024.11.08 12:08:23 -03'00'

**MÔNICA CRISTINA DE A. HONDA**

*Assessora Jurídica da CGJ*